

Franklin Leopoldo e Silva, leitor de filosofias

Salma Tannus Muchail

PUC/SP

RESUMO

Reconstituição comentada de um artigo da autoria de Franklin Leopoldo e Silva a partir da leitura de alguns filósofos (Platão, Descartes e Kant, Pascal e Nietzsche, Merleau-Ponty), como forma de homenagem ao autor.

PALAVRAS-CHAVE

Filosofia; história; reflexão; vivência.

ABSTRACT

Commented reconstitution of an article by Franklin Leopoldo e Silva based on the reading of some philosophers (Plato, Descartes and Kant, Pascal and Nietzsche, Merleau-Ponty), as a form of homage to the author.

KEY WORDS

Philosophy; history; reflection; experience.

Ao escolher o título desta comunicação, tinha em mente meus encontros e atividades comuns com o Prof. Franklin, ao longo dos anos. Numerosas foram as bancas julgadoras de qualificação e de defesa de mestrados e doutorados, ou os concursos de docentes de diferentes instituições em que pude não apenas partilhar com ele as atividades, mas, principalmente, assistir, aprender e absorver suas lições de leitura. Mais ainda: pude testemunhar sua postura sempre generosa e exigente, seu respeito e seu cuidado com o autor ou o texto lido, fossem eles quais fossem, desde os grandes filósofos, aos professores e colegas, aos alunos mais avançados e aos iniciantes.

Como falar disto sem beirar a lisonja e, ao contrário, fazer-lhe uma homenagem singela, espelhada no seu próprio comportamento? Decidi então, “ler”, ou melhor, reler um pequeno texto que me permitirá oferecer um caso particular, um exemplo concreto das leituras do próprio Prof. Franklin. Trata-se de uma releitura que é, propositadamente, de “segunda mão”, o que significa que meu foco recai menos sobre os filósofos lidos do que sobre a leitura que deles faz o Prof. Franklin; por isto, uma “releitura”.

O texto em pauta é o primeiro artigo de um livro coletivo¹. Está organizado em quatro momentos: uma curta introdução; dois itens que constituem seu corpo; as considerações finais. Percorrerei o texto sinteticamente, reorganizando-o em três momentos. Na composição desta síntese, fiz duas escolhas: o destaque de alguns aspectos que me pareceram mais interessantes e a reconstituição de passagens particularmente densas e claras.

1. Introdução: para contextualizar o tema

O título geral do texto enuncia seu tema: “Função social do filósofo”. O propósito? É desde logo declarado: “delimitar a questão e começar a pensá-la” (Leopoldo e Silva, 1995, p. 9). São então apresentadas duas perspectivas de abordagem que, aliás, não apenas não se excluem como complementam-se. A primeira perspectiva consiste em perguntar na história, qual é ou tem sido a função social do filósofo, buscando refletir sobre a inserção concreta desta questão na história presente. A segunda perspectiva pergunta qual deve ser a função do filósofo, ou mesmo qual a tarefa e a finalidade da filosofia (cf., *Ibid.*, p. 9-10). Depois de levantar as dificuldades apresentadas por estas duas perspectivas e a quase impossibilidade de resolvê-las, o texto sugere estratégias para “evitá-las” e, a partir daí, dar prosseguimento à investigação.

Primeiramente, há que se escapar das concepções que, buscando qual é ou qual deve ser a função social do filósofo, acabam por questionar a própria questão: há função social da filosofia? Ao cabo e no limite, poder-se-ia conceber a filosofia como ato

¹ Leopoldo e Silva, 1995, p. 9-22. O artigo foi originalmente publicado na coletânea *Textos Filosóficos*, SE/Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, mimeo, São Paulo, 2ª ed., 1991, p. 15-25.

absoluto (cf. *Ibid.*, p. 11), portanto, a-histórica, inacessível, pois, às contingências históricas. Mas, para assim se colocar, esta concepção precisa, paradoxalmente, opor-se às outras e, nisto, reporta-se a elas, isto é, junto, ao lado ou contra elas, insere-se historicamente, ainda que seja pelo seu negativo. Portanto, a filosofia e a função social do filósofo, quer se queira quer não, são questões reais, historicamente concretas.

Por outro lado e ao mesmo tempo, há que se escapar, igualmente, das concepções que, considerando a filosofia na sua inserção histórica e, portanto, “socialmente contextualizada” (*Ibid.*), elegem este critério para definir quais são, historicamente, aquelas que devem ser reconhecidas como filosofias. Mas isto requer que se faça uma escolha ou um recorte dos filósofos historicamente reconhecíveis como filósofos. Se este recorte é sempre arbitrário, não há porém como evitá-lo. Necessário é, portanto, “assumir resolutamente a arbitrariedade” e escolher a adoção de “alguns parâmetros” (*Ibid.*, p. 12), para a coleta de “exemplos da inserção social das filosofias” (*Ibid.*). Previamente, e “de modo apenas prático”, assume-se ser guiado “pela consolidação de alguns nomes a que chamamos grandes autores” (*Ibid.*) a quem, um pouco mais adiante, Leopoldo e Silva chama de “autores inaugurais” (*Ibid.*, p. 16). A partir daí, estabelecem-se alguns critérios para a “seleção do recorte histórico” (*Ibid.*, p.12). Estes critérios são como que “marcos” na história da filosofia: a origem, isto é, a pergunta pela inserção social do filósofo no começo da filosofia (e aqui, o filósofo escolhido é Platão); o problema clássico da oposição entre racionalismo e sua crítica (e aqui, os filósofos escolhidos são, de um lado Descartes e Kant, de outro Pascal e Nietzsche); finalmente, a postura filosófica que busca reunir a crítica da racionalidade à existência vivida do sujeito e à história efetiva (e, neste caso, Merleau-Ponty (cf. *Ibid.*).²

2. Leitura de alguns filósofos

Feita e justificada a contextualização geral do tema, Leopoldo e Silva reconstitui seu percurso da história da filosofia na trilha dos filósofos então elencados.

Em Platão, o realce da ação política e social na figura de Sócrates: “dificilmente imaginaríamos um filósofo mais comprometido com a cidade, com os problemas da vida política e com o destino histórico dos seus concidadãos do que Sócrates” (*Ibid.*, p. 13). Mas o mais interessante é que tudo se passa e tudo é presidido sob a transcendência e a universalidade das ideias absolutas. Por outro lado e ao mesmo tempo, há que se observar um detalhe importante: é que a resposta de Sócrates ao comprometimento social, histórico e político do filósofo, é sempre formulada na forma de pergunta. Isto significa, diz Leopoldo e Silva que,

² Pode-se perguntar aqui quais seriam os critérios para o estabelecimento destes critérios; pois haveria, certamente, outros grandes “marcos” ou outros problemas igualmente “clássicos” para guiar outras escolhas...

quando a filosofia se lança nos seus inícios à interrogação sobre as condições universais do exercício da política, mantém-se no plano da indagação, da pergunta que se elabora a partir do horizonte da universalidade, sem perder o vínculo com a concretude da contingência humana (*Ibid.*).

É também o que se depreende da leitura do duplo movimento do Mito da Caverna. No movimento ascendente, o filósofo deixa o mundo sensível e suas contingências para alcançar a luz da verdade; no movimento descendente, retorna ao mundo da caverna para fazer-se condutor e guia de seus concidadãos, ou, se quisermos, “guardião da cidade” (*Ibid.*, p. 14). A pergunta então formulada por Leopoldo e Silva tem o efeito de uma provocação: por que, afinal, retorna o filósofo à sua morada obscura, se ele já atingira a luz? É na resposta a esta provocação que ele encontra o que buscava: o filósofo retorna precisamente porque filósofo é aquele “que conduz a si, e aos outros, através de si próprio, à autonomia espiritual que para Platão é a consciência da relatividade do mundo sensível” (*Ibid.*); a resposta figura, pois, a concretude histórica da filosofia e a função humana do filósofo. Em suma, “a teoria política de Platão é um desdobramento do retorno à caverna, da inclusão obrigatória, poderíamos dizer, no espírito filosófico, desta preocupação com a cidade, com os outros homens” (*Ibid.*, p. 16).

Vejam os segundo grupo de filósofos elencados, agora sob o critério da racionalidade e de sua crítica. De um lado, Descartes e Kant. De outro, Pascal e Nietzsche.

Com Descartes, a partir do Sujeito (e depois dele, com Kant a partir das “formas lógicas” – *Ibid.*), é a universalidade da Razão que prevalecerá sobre a contingência da história. “Ao contrário de Sócrates, e mesmo de Platão, Descartes não manifesta nenhuma intenção expressa de interferência na sociedade; não é ‘engajado’, comprometido, a não ser consigo próprio” (*Ibid.*). No entanto, ao instalar no Sujeito a fonte da universalidade e, na subjetividade, a competência da representação pela qual é alcançada a objetividade do próprio sujeito e de toda a realidade, o pensamento de Descartes interferiu decisivamente nos rumos da história, “muito mais do que outros que fizeram da história o objeto de reflexão” (*Ibid.*). “A interferência fundamental de Descartes na história consiste no estabelecimento do ideal da racionalidade, baseado na prevalência do Sujeito e na extensão do poder da razão a todas as realidades suscetíveis de apreensão objetiva” (*Ibid.*, p. 16-17). Ou ainda:

O alcance social da filosofia cartesiana é enorme e a ele podemos creditar, fundamentalmente, todas as consequências históricas do rumo tecno-científico que a civilização ocidental tomou a partir do século XVII no plano social, histórico e político. Há, portanto, uma dimensão histórica da razão que surge a partir do momento em que a filosofia fez do homem o agente transformador, pela mediação teórica, da relação homem/mundo (*Ibid.*, p. 17).

Pascal e Nietzsche são incluídos como filósofos exemplares, por assim dizer, da resistência crítica ao racionalismo.

A maneira de viver a inserção na história, na atitude filosófica de Pascal, passa, pois, não pela consciência da necessidade de impor a normatividade da razão a todos os aspectos da vida humana para que eles se beneficiem da universalidade da teoria, mas pela visão e vivência da relatividade da razão e da sua incapacidade para resolver verdadeiramente as contradições básicas da vida humana (*Ibid.*).

O caminho para esta compreensão é o “da consciência do dilaceramento de uma existência distanciada de Deus [...]” (*Ibid.*). História é finitude. Por isto mesmo, a inserção na história é então feita pela aceitação da falta de sentido histórico, da sua irracionalidade (cf. *Ibid.*, p. 18). Ou, dito de modo mais simples e mais curto: “a inserção histórica e a função social estão presas à nostalgia do infinito” (*Ibid.*, p. 19)³.

Nietzsche radicaliza a crítica, dissolvendo a racionalidade da história “para recuperar a historicidade, por assim dizer, no nível da afetividade, no nível da paixão e da desordem [...]. Aqui a crítica da racionalidade é quase a demonstração de que a gênese da razão é o recalque das paixões” (*Ibid.*). Agora, como que em eco às consequências do racionalismo cartesiano para a civilização ocidental, Nietzsche, “através de uma crítica genealógica”, quer “desmistificar o conhecimento, a história e a cultura enquanto produções exclusivas de uma razão ordenadora [...]” (*Ibid.*). Esta crítica, como se vê, atinge “a própria índole da civilização tecno-científica” (*Ibid.*, p. 19-20), aquela mesma instaurada pelo cartesianismo.

Alcançamos então o pensamento de Merleau-Ponty, onde desemboca o texto de Leopoldo e Silva. Merleau-Ponty reúne sujeito, razão e história. Não pretende dissolver as diferenças, as oposições, os conflitos entre estes termos. Pelo contrário, quer mostrar a sua com-possibilidade, a possibilidade de sua con-vivência, ou se quisermos, de um “equilíbrio de tensão” entre eles (cf. *Ibid.*, p. 20). Para Merleau-Ponty, a história não se origina em uma razão universal e soberana nem em uma historicidade irracional. Ao contrário, para se compreender a história e, por esta compreensão, compreender a função social e política do filósofo que, por sua vez, redunde na compreensão da tarefa e da finalidade da filosofia, há que se fazer a articulação entre o nível da vivência ou da ação e o nível do reflexivo ou da razão. O sujeito, sua existência individual, é complexa e é ambígua; mas são eles, os sujeitos, os “agentes históricos” (*Ibid.*). Sob este ponto de vista, a função do filósofo também não é nada simples: o

³ Poderíamos perguntar: o Deus de Descartes, ausente por sua infinitude inalcançável pelas ideias claras e distintas, acaba por justificar a soberania da racionalidade humana; isto não se aproxima do Deus distante de Pascal que, ao contrário, justifica o dilaceramento do sujeito? Um e outro são o mesmo Deus?

filósofo “tem por dever de ofício acrescentar ao vivido a reflexão [...], e tem de incorporar no pensamento e na ação a vivência refletida das dicotomias que configuram a existência histórica em todos os planos: acaso/necessidade; ordem/desordem/ contingência/determinação” (*Ibid.*). Assim pensada e assim vivenciada, a história não é inexistente como se fora uma ilusão enganosa. Mas também não é existente com se tivera um sentido único. O que existe é “a polissemia da relação homem/história” (*Ibid.*), isto é, o “devir histórico”, que é “fruto da tensão entre a liberdade do sujeito agente e o curso da história” (*Ibid.*, p. 21).

3. Últimas considerações

O texto termina com uma retomada compacta das filosofias lidas para então deter-se brevemente na última delas. É aí que, à retomada, segue-se uma declaração da posição do próprio autor. Não uma posição inflexível, nem linear, nem definitiva. É apenas um ponto de vista que Leopoldo e Silva expressa em frases que são cuidadosamente modalizadas por verbos no condicional e por advérbios como “talvez” e “dolorosamente”, sugerindo assim o lugar do imprevisível e da incerto. Nas duas frases finais, o ponto de vista de Leopoldo e Silva não é um ponto final, mas declaração de uma postura alcançada, diz ele, “por proximidade” e “com perplexidade” (*ibid.*, p. 22). Com a reconstituição destas frases, concluo minha releitura e minha homenagem.

Por proximidade:

E Merleau-Ponty nos dá uma lição que sentimos talvez mais próxima de nós: o engajamento só é possível se acreditarmos no sentido de história. Mas este sentido o homem não doa à história, ele o testemunha de dentro da história. E é um sentido plural, variável, contingente e dolorosamente apreendido, porque apreendido na dicotomia fundamental do fazer e do sofrer a história (*Ibid.*).

Com perplexidade:

Por isto, o engajamento nunca pode se dar a partir da segurança daquele que detém as respostas, mas sempre a partir da perplexidade daquele que sabe que a razão e o sentido não excluem a imprevisibilidade, os desvios e as angústias, uma vez que o homem está na história como quem se procura, não como quem já se encontrou (*Ibid.*).

Bibliografia

Leopoldo e Silva, F. (1995). “Função Social do Filósofo”. In: Arantes, P., Leopoldo e Silva, F., Favaretto, C., Fabrini, R., Muchail, S. (orgs.). *A Filosofia e seu Ensino*. São Paulo, Vozes/Educa, p. 9-22.